

ACTA N° 3/2012

--*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Chamusca, realizada no dia vinte sete de abril de dois mil e doze, no Salão Desportivo dos Bombeiros Voluntários da Chamusca, no Largo da República, 3 em Chamusca.* -----

--*Aos vinte sete dias do mês de abril de dois mil e doze, pelas vinte e uma horas e trinta e trinta e três minutos, realizou-se a Sessão Ordinária, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:* -----

--*1. Relatório de Atividades do Executivo Municipal Relativo aos Meses de Março e Abril – Apreciação.* -----

--*2. Ponto de Situação da Câmara Municipal - Apreciação.* -----

--*3. Ponto de Situação da Saúde no Concelho - Apreciação*-----

--*4. Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal do Ano Económico de 2011 - Análise e Aprovação.* -----

--*5. Débitos em Tesouraria/Fornecimento de água (anos 2007,2008,2009) - Anulação por ser considerados incobráveis - Análise e Aprovação.* -----

--*6. DTOUA:*-----

--*a) Regularização do Ecocentro da Chamusca (ao abrigo do art.º15 do Decreto Lei nº 73/2011 de 17 de junho) - Análise e Aprovação.*-----

--*b) II Correção Material ao PDM de Chamusca - Fapulme em Casal da Figueira Ulme - Análise e Aprovação.*-----

--*c) Alteração por adaptação da Planta de Condicionantes do PDM de Chamusca- Análise e Aprovação.*-----

d) Central de Compras da CIMLT: - Aquisição de Comunicações de Dados e de Voz

Móveis - Análise e Aprovação.-----

--7. *CCDRLVT: - Ponte da Chamusca - Reconhecimento de Interesse Público - Análise e Aprovação.*-----

--8. *Conselho Local de Ação Social - Plano de Ação 2012 - Análise e Aprovação.*-----

--9. *Protocolos:*-----

--a) *Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira - Apoio à cedência de viatura para transportes escolares no valor de 1.400,00€ (no período de 16 de janeiro a 2 de fevereiro) - Análise e Ratificação.*-----

--b) *Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira - Apoio à cedência de viatura para transportes escolares no valor de 1.760,00€ (no período de 13 de fevereiro a 12 de março) - Análise e Ratificação.*-----

--c) *Protocolo Medida Contrato Emprego-Inserção + (POC Carenciado) entre Junta Freguesia do Pinheiro Grande e Câmara Municipal de Chamusca - Análise e Ratificação.*-----

-----**PRESENCAS**-----

--**DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** *Verificadas as presenças e processadas as substituições legais e regimentais, não se registaram ausências.* -----

--**DA CÂMARA MUNICIPAL:** *Registaram-se as presenças do Presidente da Câmara Municipal - Sérgio Carrinho, Vice-presidente - Francisco Matias, Vereação: Dr. Paulo Queimado e João Lourenço.* -----

-----**CORRESPONDÊNCIA**-----

--*Foram comunicadas verbalmente as ausências e pedidos de substituição dos eleitos João Manuel Cagarrinha, CDU e Rui Rufino, Coligação Mais e Melhor.* -----

-----**SUBSTITUIÇÃO DE ELEITOS**-----

--Assim, na sequência os referidos pedidos de justificação foram os eleitos substituídos:

- João Manuel Gaudêncio Cagarrinha por António Manuel Úrsula Peixinho, CDU e Rui Rufino por José Manuel Marcelino Pinto, Coligação Mais e Melhor.-----

-----**SUPORTE DIGITAL**-----

--Uma vez que há suporte digital apenas se farão referência às intervenções consumadas durante a presente Sessão da Assembleia Municipal.-----

--Antes do início dos trabalhos e por proposta do Senhor Presidente da Assembleia foi feito um minuto de silêncio em memória do Senhor Hernâni Lopes da Costa, Presidente da Câmara Municipal de Chamusca, na década de sessenta e ao Eurodeputado do Bloco de Esquerda Miguel Portas.(ficheiro 223)-----

--Também por proposta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e com base na secção VI do Código do Procedimento Administrativo (Garantia das Imparcialidades art.º 44º) foi decidido remeter, com acordo unânime dos eleitos, o Ponto nº 5 - Débitos em Tesouraria / Fornecimento de Água (anos 2007,2008 e 2009) para a próxima Sessão, de modo a que o assunto possa ser devidamente avaliado.(ficheiro 223e 224)-----

-----**ATA Nº 1 /2012**-----

--O Senhor Presidente da Mesa colocou a Ata nº 1/2012, da Sessão Ordinária de 27 de abril à discussão e nada ocorrendo foi a mesma colocada à votação e **Aprovada**, por maioria de presenças e duas abstenções, sendo estas de eleitos que não estiveram presentes na dita Sessão.(ficheiro 224)-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--O eleito Duarte Arsénio apresentou Moção, subscrita pelos grupos parlamentares BE,

CDU e Coligação Mais e Melhor, a qual se transcreve(ficheiro 224):-----

-----**MOCÃO**-----

--No seguimento do apelo feito a esta Assembleia em carta dirigida ao seu Presidente pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços de Portugal, os subscritores abaixo assinados propõem que seja aprovada esta Moção no sentido de que o executivo Municipal diligencie para que as grandes superfícies instaladas na área deste Município, bem como o respectivo comércio local e tradicional, guardem o dia 1º de Maio como feriado nacional que é, e como dia do trabalhador, no respeito pela lei e pelos direitos consignados constitucionalmente. -----

--Chamusca, 27 de abril de 2012-----

*--Nada surgindo foi a moção colocada à votação e **Aprovada**, por maioria de presenças, com três abstenções da Bancada do PS (Dr. Francisco José Velez, Anabela Gonçalves e Pedro Miguel Brás) e seis votos contra da mesma bancada, votando os restantes elementos favoravelmente.-----*

--Passou de seguida o Senhor Presidente da Assembleia a apresentar a seguinte declaração de voto (ficheiro 224):-----

-----**Declaração de Voto**-----

--"Eu só me abstive por um motivo muito simples, eu não sei... Aliás a forma como é apresentada até parece que houve qualquer coisa combinada para que o PS não assinasse, pessoalmente a mim nunca ninguém me perguntou se estava ou não de acordo com isso. Se há aqui pessoa, estamos a falar em relação ao 1º de maio, eu pessoalmente nunca tive conhecimento disso, se houve algum documento que foi para alguém, olhe que para mim não foi com certeza, deve de haver aqui algum equívoco,

muito grande, daí eu percebo até que a maior parte do Partido Socialista tenha votado contra, eu quase tive para votar contra também, entendi que não por uma questão de o 1º de maio ser uma das coisas que respeito muito, o meu pai era antifascista e lutou muito para que o 1º de maio fosse considerado Dia do Trabalhador. Entendo no entanto que me abstive porque pura e simplesmente não fui visto nem achado no assunto."-----

--Também o eleito Duarte Arsénio apresentou a sua declaração de voto(ficheiro 224):----

-----Declaração de Voto-----

--"Votei a favor porque ela foi dirigida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu recebia através dos documentos que veem da Assembleia Municipal, está aqui transcrita e é lhe dirigida a si. E, agora, a moção foi posta á consideração do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não na sua pessoa, mas na pessoa do José João Vicente."-----

--Passou de imediato o Eleito João Saramago, CDU, a apresentar a saudação que se segue:-----

-----SAUDAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL DO TRABALHADOR-----

--"Os Eleitos da CDU - Coligação Democrática Unitária na Assembleia Municipal da Chamusca, saúdam o Dia Internacional do Trabalhador que se comemora no próximo dia 1º de Maio.-----

--Há um ano a esta parte, os interesses e direitos dos trabalhadores estão a ser alvo de um fortíssimo ataque face à imposição das medidas do pacto de agressão assinado pelas troikas PSD,CDS e PS com o FMI, EU e BCE, trazendo mais desigualdades e injustiças; trazendo mais desemprego e mais exploração; a diminuição dos salários, o

corte dos subsídios de natal e de férias, o brutal e encapotado aumento directo dos preços dos produtos e serviços de primeira necessidade, aumento dos impostos, redução da protecção social e a diminuição da oferta de serviços públicos a preços sociais, traduzem-se numa radical quebra do poder de compra dos trabalhadores, desempregados, reformados, pensionistas e de outras camadas da população.-----

--Esta política provoca a recessão e o aumento do desemprego, que atinge mais de 1,2 milhões de trabalhadores, cerca de metade sem subsídio ou protecção, dos quais 35% são jovens.-----

--Porque insistem e aprofundam a ofensiva?-----

--Porque beneficia os mais ricos nomeadamente os "lobys" económicos e financeiros que acumulam chorudos lucros à custa dos aumentos da electricidade, combustíveis, comunicações, taxas cobradas pelos bancos, ao mesmo tempo que tenta impor a revisão da legislação laboral no sector privado e público para reduzir remunerações e roubar direitos aos trabalhadores. -----

--(Este projecto de lei está em discussão na especialidade na AR tendo sido aprovada na generalidade com os votos do PSD e CDS e apoio do PS através da abstenção)-----

--Acrescentar ainda a questão da redução do subsídio de doença o qual é pago pelos próprios trabalhadores com os seus descontos. Nada justifica esta proposta de redução do subsídio de doença e de incapacidade para o trabalho.-----

--O verdadeiro problema está na fuga contributiva que atinge 5,5 mil milhões de euros de dívida à Segurança Social.-----

--E contra este escândalo que o governo tem de agir. -----

--Os trabalhadores e a sua central sindical CGTP-IN tem desenvolvido pequenas e

grandes lutas com a confiança da sua razão e vão continuar a fazê-lo, reivindicando do governo uma mudança de política, apontando caminhos para construção de um futuro melhor para os trabalhadores e trabalhadoras, famílias e jovens gerações. -----

--O 1º Maio, para além do seu significado histórico, ganha uma renovada importância na luta contra a exploração e empobrecimento, pelo direito ao desemprego com direitos, contra os baixos salários e pelo direito a um salário digno, contra o aumento do custo de vida, pelo direito a um horário trabalho que assegure a conciliação da vida profissional com a vida familiar. Estes são alguns aspectos actuais na luta do dia a dia por uma sociedade de progresso e justiça social com os valores de Abril no futuro de Portugal.-----

--VIVA O 1º MAIO! VIVA OS TRABALHADORES!-----

--Chamusca, 27 Abril de 2012-----

--Os Eleitos da CDU"-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

-----ORDEM DE TRABALHOS-----

--1. Relatório de Atividades do Executivo Municipal Relativo aos Meses de Março e Abril – Apreciação. -----

--Concedida a palavra ao Senhor Presidente que sucintamente comentou os relatórios e colocou-se, juntamente com o Executivo Camarário, à disposição para eventuais questões ou esclarecimentos. (ficheiros 224 e 225).-----

--Mencionando os relatórios, o eleito José Braz, CDU, disse estarem muitos explícitos e objetivos e realçam o esforço e trabalho realizado pelo executivo, apesar da situação difícil em que o país e nomeadamente as autarquias locais se encontram.(ficheiro 225)---

--Nada ocorrendo passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos:-----

--2. Ponto de Situação da Câmara Municipal – Apreciação -----

--Baseando-se na documentação o Senhor Vice Presidente explicou o assunto detalhadamente e colocou-se, assim como ao restante executivo à disposição para eventuais esclarecimentos.(ficheiros 225 e 226)-----

--Pedindo a palavra José Braz, CDU, mencionando a explicação exhaustiva e objetiva do Senhor Vice Presidente, expressa as suas preocupações, nomeadamente com as dificuldades económicas e a difícil aplicação da nova lei dos compromissos, que o deixa bastante apreensivo, considerando que devem ser tomadas novas medidas e que o governo deve tomar decisões no sentido de facilitar a vida às autarquias de modo a evitar graves problemas no seu funcionamento.(ficheiro 226)-----

--3.Ponto de Situação da Saúde no Concelho - Apreciação-----

--Concedida a palavra o Vereador João Lourenço refere que de novo, a acrescentar à informação já existente, há apenas a reestruturação dos agrupamentos dos centros de saúde da região de Lisboa e Vale do Tejo.(ficheiro 226)-----

--4. Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal do Ano Económico de 2011 - Análise e Aprovação. -----

--O Senhor Presidente da Câmara comentou vagamente os documentos, uma vez que os considera suficientemente amplos e que representam fielmente tudo o que aconteceu ao longo do ano de 2011, no entanto salienta que o esforço, contido no documento, representa um conjunto muito grande de vontades e de contribuições naturalmente de todo o executivo, da assembleia municipal, das juntas de freguesia, das diversas entidades e dos funcionários envolvidos.-----

--Passou a eleita Aurelina Rufino, Coligação Mais e Melhor, a apresentar a proposta que se transcreve:(ficheiro 226)-----

-----**Proposta**-----

--"Todos nós aqui presentes sabemos das dificuldades e constrangimentos que o Município apresenta.-----

--Sabemos também, da necessidade de todas as bancadas, de forma responsável, mesmo pondo de parte a ideologia partidária, se unirem num esforço comum, para que não se entre em incumprimento.-----

--Observando as contas de 2011, bem como a evolução de 2012, somos a constatar que existem distorções estruturais, que ainda não foram corrigidas, tanto a nível da despesa, como a nível da estrutura da dívida que se encontra desadequada, face à lei dos compromissos.-----

--Somos ainda a observar que, a sociedade certificadora, embora responsável por expressar uma opinião profissional e independente, alertando para o perigo destas disfunções, nada diz a este respeito.-----

--Assim pelo que anteriormente dissemos, Propomos:-----

--1 - Que o executivo mude de sociedade revisora de contas, permitindo uma análise crítica mais distante, própria de quem pega na pasta pela primeira vez.-----

--2 - Que seja criado um grupo de trabalho, composto por elementos de todas as bancadas, junto do executivo e dos serviços de contabilidade, apoiando, desta forma, o executivo, nas medidas que terão de ser tomadas, nomeadamente, do lado da dívida.--

--Intenção da Proposta:-----

--Permitir que a correcção necessária ao balanço/prestação de contas, apresentado

pela autarquia, se faça no cumprimento da lei dos compromissos, aumentando o fundo disponível.-----

--O Grupo Parlamentar "Mais e Melhor" PPD/PSD - CDS/PP na Assembleia Municipal de Chamusca.-----

--27/4/2012"-----

--Acrescentando, ainda: - "Um pequeno reparo, não estava escrito, mas este documento da certificação legal das contas, apresentado pela empresa que trabalha para a autarquia, surpreende-me e esta não é a Câmara que eu conheço, porque eu conheço esta Câmara há muitos anos, mas de perto conheço-a à vinte anos, e diz no ponto dez - Relato sobre outros requisitos legais: " É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício, carecendo de informação sobre os limites de endividamento do Município."

A Câmara que eu conheço presta esclarecimentos, quer seja a quem lhe está a prestar um serviço, sobretudo a esses, mas também aos vereadores, à assembleia e às autarquias locais, nomeadamente, as juntas de freguesia. Portanto, de facto, fiquei surpreendida com este reparo porque não conheço a Câmara desta maneira. Gostava apenas de frisar este ponto, isto foi um reparo, mas a proposta que fizemos era uma proposta para ajudar na consolidação do Município e nas contas do Município."(ficheiro 226)-----

--Respondendo a este reparo, o Senhor Vice Presidente referiu, que para além do que possa ser explicado tecnicamente, esta questão é, do ponto de vista, meramente contabilístico e não da falta de verdade do Município, pelo que deverá continuar a conhecer esta Câmara porque é a mesma na transmissão de informação para o exterior

ou para as devidas entidades.(ficheiro 227)-----

--Esclarecendo a eleita Aurelina Rufino, Coligação Mais e Melhor, que muito embora o que o Senhor Vice Presidente disse não contraria em nada o que foi dito, no entanto acha que se explicou mal, nunca quis dizer que a Câmara Municipal não era verdadeira, até porque nunca houve carência de informação para ninguém.(ficheiro 227)-----

--Na continuidade dos trabalhos o eleito José Braz, CDU, apresentou o documento que se passa a transcrever:(ficheiro 227)-----

-----**Contas de Gerência do Município do ano 2011**-----

--**'Receita cobrada - 11.534.951,00 Euros**-----

--**Despesa paga - 11.466.964,00 Euros**-----

--O balanço das contas de 2011, que podemos ver nos quadros da estrutura das receitas e despesas municipais, foi condicionado pela crise económica e social que estamos a atravessar e pelas dificuldades na arrecadação de receitas. No ano de 2011 registou-se um decréscimo das receitas em cerca de 10%, passando para um valor de 10.549.614,00 euros, o que não se verificou com as despesas que aumentaram cerca de 246.000,00 registando-se um valor de 9.969.776,00 euros. -----

--Em relação à situação económica do município, os proveitos cifraram-se na casa dos 10,5 milhões. Esta diminuição dos proveitos ocorre em rubricas como as transferências e subsídios obtidos e impostos e taxas, devido aos cortes orçamentais impostos pelo governo e pela redução das taxas municipais como forma de ajudar a população. Os proveitos em transferências e subsídios representam cerca de 74,7% e o das taxas e impostos (11,17%) do total dos proveitos.-----

--Da análise comparativa entre 2010 e 2011, constata-se um aumento dos custos em

2,5%. Esta subida deve-se em grande parte à amortização do exercício e custos e perdas extraordinários. Em 2011 verifica-se, uma vez mais, que as remunerações com pessoal (23,7%), diminuíram em cerca de 3%, tal como os encargos sociais com o pessoal que baixaram para 4,9% enquanto os fornecimentos e serviços externos (27,2%) têm um peso maior nos custos.-----

--Relativamente ao peso da dívida, sobre a despesa total, que corresponde aos juros e amortizações decorrentes de empréstimos contratados, verifica-se que houve um acréscimo de 8,5% no rácio face ao ano anterior, o que indica o esforço do município no pagamento dos seus empréstimos e respectivos encargos.-----

--Em relação à situação financeira, de grandes dificuldades financeiras provocadas pela crise económica, a autarquia em 2011 utilizou menos 20% de capital alheio do que em 2010. Esta situação fez com que o endividamento diminuísse 15,75% como a redução dos custos com o pessoal que diminuiu 18%. Apesar das dificuldades os resultados ao nível dos rácios de liquidez continuam com valores positivos.-----

--A recente aprovação da lei dos compromissos (lei nº 8/2012) implica alterações nos tradicionais procedimentos administrativos e impõe um conjunto de alterações que em nossa opinião coloca grandes problemas na gestão corrente, nomeadamente:-----

- O cumprimento de um plano nacional de ajustamento ao nível municipal;-----
- Eliminação de dívidas em atraso superiores a 90 dias;-----
- A imposição dos compromissos assumidos não podem ultrapassar os fundos disponíveis;-----
- Plano de liquidação de pagamentos, até 90 dias, após a entrada em vigor da Lei à DGO e DGAL.-----

--Ora, com as dificuldades do município em angariar receitas próprias, a determinação do fundo disponível pode impedir o normal funcionamento do município, com serviços a fechar com prejuízos para a economia local e a diminuição da prestação de serviços à população. Em situações como esta, o município irá reportar à ANMP e à SEA Local, conforme nota enviada nos documentos pelo vice-presidente.-----

--Perante esta situação, ainda à espera de algumas decisões governamentais importantes nesta matéria, é fundamental continuar com uma política de contenção financeira. O executivo deve continuar a trabalhar como até aqui, em cooperação com os parceiros institucionais locais e regionais, em políticas que incidam na manutenção e conservação dos equipamentos e das infraestruturas básicas, de modo a garantir o seu bom estado e funcionamento regular, nos trabalhos de proximidade e continuar, dentro do possível, a garantir os serviços de apoio social no concelho, nas áreas da saúde, da educação, da cultura e do desporto e na terceira idade, para continuar a garantir alguma qualidade de vida aos cidadãos, em geral, que passam por grandes dificuldades económicas e sociais, na atual conjuntura.-----

--Os eleitos da CDU" -----

*--Nada mais ocorrendo a Assembleia Municipal apreciou e deliberou **Aprovar**, por maioria de presenças, com treze votos a favor e nove abstenções da Bancada do PS, os **Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal do Ano Económico de 2011.**-----*

--Seguidamente o eleito José João Vicente, PS, manifestou a posição da sua bancada perante o assunto através da declaração de voto que se transcreve:(ficheiro 227)-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

--"Um relatório e contas é acima de tudo um documento que representa a atividade desenvolvida durante um determinado período e reflete quer os resultados financeiros quer a obras realizadas, assim como responsabiliza quem foi responsável pela gestão.-----

--O documento que agora acabamos de votar representa bem estes dois fatores e se sobre as contas nada temos a dizer, pois contas são contas, já no que se refere à atividade desenvolvida e à gestão, temos de reafirmar aquilo que temos vindo a dizer ao longo dos últimos anos: estas são no entender do PS e em largos sectores, contrários aos interesses da população da Chamusca, pelo que nunca seriam opções do Partido Socialista.-----

--Estas atividades e opções só responsabilizam a maioria CDU/PSD, a qual não deixará de ser julgada, na altura própria, pela população do Concelho da Chamusca.-----

--Assim e porque não concordamos com a gestão que tem sido realizada pela maioria CDU/PSD na Câmara da Chamusca, o Partido Socialista absteve-se nos documentos agora votados."-----

--5. Débitos em Tesouraria/Fornecimento de água (anos 2007,2008,2009) - Anulação por ser considerados incobráveis - Análise e Aprovação. -----

--Este ponto foi remetido para a próxima Sessão conforme supracitado.(ficheiro 228)-----

--6. DTOUA:-----

--a) Regularização do Ecocentro da Chamusca (ao abrigo do art.º15 do Decreto Lei nº 73/2011 de 17 de junho) - Análise e Aprovação.-----

--Após breve explicação do Senhor Presidente da Câmara e nada surgindo procedeu-se à sua análise e votação, assim:-----

--Presente Informação Técnica número 54/MF, de 05.04.2012, documento que por muito extenso se dá por inteiramente transcrito nesta ata para todos os efeitos, a Assembleia Municipal deliberou **Aprovar**, por unanimidade de presenças, e em minuta para efeitos imediatos a referida regularização.(ficheiro 228)-----

--b) **II Correção Material ao PDM de Chamusca - Fapulme em Casal da Figueira Ulme - Análise e Aprovação.**-----

--À semelhança da alínea anterior também esta foi comentada pelo Senhor Presidente da Câmara e nada ocorrendo foi apreciada e votada, assim:-----

--Após análise ao teor da Informação Técnica número 46/MF, de 16.03.2012, documento que por muito extenso se dá por inteiramente transcrito nesta ata para todos os efeitos a Assembleia Municipal deliberou **Aprovar**, por unanimidade de presenças e em minuta para efeitos imediatos:-----

--O seu **Acordo** aos procedimentos dispostos na informação, dado corresponderem à realidade existente no local. **Declarar** o elevado interesse sócio económico para o concelho da Unidade Fabril, sem prejuízo do cumprimento da legislação aplicável, nomeadamente a salvaguarda das questões ambientais e expressar igualmente acordo à elaboração dos procedimentos necessários ao desenvolvimento deste processo.(ficheiro 228)-----

--c) **Alteração por adaptação da Planta de Condicionantes do PDM de Chamusca- Análise e Aprovação.**-----

--Novamente o assunto foi abordado pelo Senhor Presidente da Câmara e nada surgindo

foi o mesmo analisado e votado, em minuta para efeitos imediatos, assim:-----

--Presente Informação Técnica número 62/MF, de 17/04/2012, documento que por muito extenso se dá por inteiramente transcrito nesta ata para todos os efeitos, a Assembleia Municipal analisou o assunto e deliberou, por unanimidade de presenças:-----

*-----**Aprovar** a referida Proposta de Alteração por Adaptação da planta de Condicionantes do PDM para a área do Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Hospitalares e Industriais.(ficheiro 228)-----*

*--d) **Central de Compras da CIMLT: - Aquisição de Comunicações de Dados e de Voz Móveis** - Aquisição de Serviços ao Abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 20º, nº 1 do artigo 36º, artigo 38º e artigos 112º e 127º do CCP - Análise e Aprovação.-----*

--Após ligeira explicação do teor deste documento, pelo Senhor Presidente da Câmara, foi a referida alínea colocada à apreciação e votação, assim:-----

*--Presente informação do DOUASU - ADF027JF, de 19.04.2012, documento que por muito extenso se dá por inteiramente transcrito nesta ata para todos os efeitos a Assembleia Municipal deliberou **Aprovar e Autorizar**, por unanimidade de presenças, e em minuta para efeitos imediatos, ao abrigo da alínea c), do nº 1, do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) a favorável assunção do compromisso plurianual, por dois anos, com uma estimativa de € 3.000,00 (três mil euros) por ano.(ficheiro 228)-----*

*--**7. CCDRLVT: - Ponte da Chamusca - Reconhecimento de Interesse Público** - Análise e Aprovação.-----*

--Explicado o assunto com base no teor do presente ofício nº 5440-DSOT-S da CCDRLVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do

Tejo, documento que por muito extenso se dá por inteiramente transcrito nesta ata para todos os efeitos, a Assembleia Municipal apreciando a avaliação da Câmara Municipal:-

--"UM) - Ser de máxima importância a existência a referida via de acesso para manutenção dos pilares da ponte;-----

--DOIS) - A fruição do espaço por inúmeras pessoas, nomeadamente para a atividade recreativa de pesca;-----

--TRÊS) - A via valorizará aquela zona do rio Tejo."-----

*--Deliberou **Aprovar**, por unanimidade de presenças, e em minuta para efeitos imediatos, **considerar de RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO** manter a referida via." (ficheiro 228)-----*

--8. Conselho Local de Ação Social - Plano de Ação 2012 - Análise e Aprovação.-----

--Concedida a palavra o Senhor vereador João Lourenço comentou o referido Plano de Ação da Rede Social de 2012, salientando as diversas áreas abrangidas.-----

--Intervindo o eleito José Braz, CDU, mencionou a importância do assunto, considerando merecer uma atenção especial dado tratar-se da rede social, e pela experiência extremamente positiva que temos tido nessa área, servindo até de referência a outros concelhos. Pensa, após análise, que este novo plano de ação está muito bem concebido, evidenciando tudo o que é de essencial, sendo um excelente instrumento de trabalho muito objetivo, bem definido que poderá servir de exemplo para muitas outras entidades análogas.(ficheiro 228)-----

*--Nada mais sucedendo, foi o ponto oito votado e **Aprovado** por unanimidade de presenças.-----*

--Os protocolos abaixo mencionados, depois de comentados sucintamente pelo Senhor

Vice Presidente, foram na íntegra **Ratificados**, por unanimidade de presenças. (ficheiros 228 e 229)-----

--9. Protocolos:-----

--a) **Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira - Apoio à cedência de viatura para transportes escolares no valor de 1.400,00€** (no período de 16 de janeiro a 2 de fevereiro).-----

--b) **Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira - Apoio à cedência de viatura para transportes escolares no valor de 1.760,00€** (no período de 13 de fevereiro a 12 de março). -----

--c) **Protocolo Medida Contrato Emprego-Inserção + (POC Carenciado) entre Junta Freguesia do Pinheiro Grande e Câmara Municipal de Chamusca.**-----

--Terminada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal inquiriu o público sobre possíveis intervenções, assim:-----

--Compareceu o cidadão António Vieira que questiono, a Assembleia Municipal, sobre a sua posição e medidas de ação perante os roubos sequentes no Arripiado. Tendo o Senhor Presidenta da Assembleia esclarecido não se tratar de um assunto da mesma, mas sim das autoridades competentes.-----

--Apresentou o cidadão Nuno Mira a seguinte declaração em nome da Juventude Socialista da Chamusca:(ficheiro229) -----

-----**Declaração**-----

--Serve a presente declaração para lembrar esta Assembleia Municipal, assim como o executivo da Câmara Municipal, que no dia 10 de Fevereiro do corrente ano, foi publicada em Diário da Republica a lei nº 6/2012, sendo esta a primeira alteração à lei

nº 8/2009 de 18 de Fevereiro, e que cria o regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude.-----

--De acordo com o Número 2 do 27º Artigo da lei nº 6/2012, "Os municípios que à data de entrada em vigor da presente lei não se encontrarem dotados de um conselho municipal de juventude, devem proceder à sua instituição, nos termos da presente lei, no prazo máximo de seis meses."-----

--A implementação e instituição do Conselho Municipal de Juventude, para além de imposta legalmente, é uma mais-valia no sentido de incentivar os jovens a participar na vida política do seu Concelho, tendo desta forma a oportunidade de emitir pareceres sobre as medidas e opções a tomar pelo executivo municipal.-----

--Chamusca, 27 de Abril de 2012-----

--O Coordenador da JS Chamusca-----

--Nuno Mira-----

--Os documentos de suporte da presente Sessão bem como os ficheiros áudio, como é usual, ficam arquivados para eventuais consultas.-----

--Nada mais ocorrendo, deu-se por encerrada a Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, da qual se lavrou a presente Ata que, conjuntamente com os Senhores Presidente da Mesa e Segundo Secretário, passo a assinar.-----
